

ENTREVISTA A nova sistemática baseada no IBS e na CBS, aliada ao princípio da não cumulatividade plena, deve favorecer cadeias produtivas longas

Impacto da reforma pode ser diferente nos polos do setor metalmeccânico

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária deve provocar mudanças estruturais relevantes no ambiente de negócios, com reflexos diretos sobre o setor metalmeccânico, um dos pilares da indústria gaúcha. Nos polos da Serra Gaúcha e da Região Metropolitana de Porto Alegre, os impactos podem ocorrer de forma distinta, em função das características produtivas de cada região, mas com um ponto em comum: a busca por maior transparência, neutralidade e simplificação tributária.

Conforme pesquisa da Unidade de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), com dados consolidados entre 2023 e 2025, os perfis são distintos em cada polo gaúcho. O setor responde por cerca de um terço da indústria de transformação local, reunindo 82.182 empregos formais e 3.940 estabelecimentos. O destaque é o segmento de produtos de metal, o que evidencia uma estrutura mais diversificada e com ampla distribuição de atividades.

Na Serra Gaúcha, o nível de especialização é mais elevado. De acordo com a Fiergs, o setor concentra 47,2% dos empregos da indústria de transformação regional, somando 80.744 vínculos formais. O polo se sobressai na fabricação de veículos automotores, especialmente caminhões e ônibus, com concentração de trabalhadores em grandes unidades industriais, sobretudo em Caxias do Sul.

De acordo com a contadora Anabéli Galvan Perera, empresária contábil e representante do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) em Caxias do Sul, a nova sistemática baseada no IBS e na CBS, aliada ao princípio da não cumulatividade plena, pode favorecer cadeias produtivas longas, caso típico do setor metalmeccânico. Por outro lado, ainda persistem incertezas quanto à regulamentação e às alíquotas finais, o que exige cautela das empresas no planejamento de suas operações. Esses são os mesmos pontos analisados



Os dispositivos relacionados ao crédito sobre bens de capital e insumos produtivos são especialmente relevantes

pelo professor Helder França, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas em Tributação (Nepat), da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

Anabéli ressalta que, embora haja expectativa de ganhos de competitividade e estímulo a investimentos no longo prazo, o período de transição demandará alto nível de adaptação por parte das empresas, especialmente no que se refere à gestão tributária e à revisão de processos. A especialista detalha o tema em entrevista ao Jornal do Comércio.

JC Contabilidade - Como a reforma tributária deve impactar os polos metalmeccânicos no RS?

Anabéli - A Lei Complementar nº 214/2025 institui o novo modelo de tributação sobre o consumo, com a criação do IBS e da CBS, fundamentado no princípio do destino e da não cumulatividade plena. Para a Serra Gaúcha, com forte perfil industrial e integração em cadeias produtivas longas, os efeitos tendem a ser positivos, especialmente pelo direito amplo ao crédito. Já na Região Metropolitana de Porto Alegre, a diversidade de atividades, inclusive com maior presença de serviços, pode gerar impactos mais heterogêneos. É importante destacar que, embora muitos efeitos concretos ainda dependam de regulamentação, em ambas as regiões o mesmo perfil de empresa deverá sofrer o mesmo tipo de impacto.

Contab - Há perspectiva de redução da carga tributária para o setor?

Anabéli - A lógica da reforma indica uma redistribuição da carga tributária entre setores. A alíquota padrão ainda será definida com base no equilíbrio arrecadatório; portanto, não há garantia de redução para o setor como um todo. O impacto dependerá da estrutura de custos e do aproveitamento de créditos.

Contab - Como a reforma pode influenciar a competitividade internacional?

Anabéli - A LC 214/2025 reforça a desoneração das exportações, assegurando a devolução de créditos acumulados. Isso tende a eliminar resíduos tributários e alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais, embora a efetividade dependa da regulamentação dos prazos de ressarcimento.

Contab - No caso da Serra Gaúcha, onde há forte presença de indústrias voltadas a máquinas e ao setor automotivo, quais impactos tendem a ser mais relevantes?

Anabéli - Os dispositivos relacionados ao crédito sobre bens de capital e insumos produtivos são especialmente relevantes. O crédito amplo pode reduzir o custo efetivo de investimentos e incentivar a renovação dos parques fabris.

Contab - Já na Região Metropolitana, que apresenta um perfil mais diversificado, quais diferenças de impacto podem ser observadas?

Anabéli - A aplicação uniforme do IBS e da CBS pode gerar impactos distintos conforme o mix de atividades. Empresas com maior presença de custo de mão de obra ou de prestação de serviços podem ter aumento relativo da carga, enquanto indústrias mais estruturadas tendem a se beneficiar da não cumulatividade.

Contab - A reforma tributária pode contribuir para a atração de novos investimentos locais?

Anabéli - A expectativa é positiva no longo prazo, com simplificação, maior segurança jurídica e previsibilidade. Isso tende a tornar o ambiente mais atrativo para investimentos nacionais e estrangeiros.

Contab - Como ficam os

regimes especiais e incentivos fiscais atualmente utilizados pelas empresas do setor metalmeccânico?

Anabéli - A LC 214/2025 prevê a extinção gradual de incentivos fiscais ligados a PIS, Cofins, ICMS e ISS. Regimes especiais tendem a ser reduzidos, embora ainda não haja regulamentação completa.

Contab - Quais são os principais desafios?

Anabéli - Os desafios incluem adaptação de sistemas, revisão de contratos, reestruturação da cadeia de suprimentos e gestão da transição, além da necessidade de acompanhar as futuras regulamentações.

Contab - A reforma pode impactar os custos de insu-

mos e matérias-primas utilizados pelo setor?

Anabéli - Sim. A lógica de crédito financeiro tende a reduzir a cumulatividade e aumentar a transparência dos custos, mas o impacto final dependerá das alíquotas, podendo gerar reajustes ao longo da cadeia.

Contab - Quais são as considerações finais?

Anabéli - A reforma representa uma mudança estrutural com potencial de modernizar o ambiente de negócios. Para os polos gaúchos, o cenário é de adaptação, e o papel do contador será ainda mais estratégico, atuando na análise de impactos, no planejamento tributário e no apoio à tomada de decisão.

Anabéli afirma que a expectativa é positiva no longo prazo em função da simplificação, maior segurança jurídica e previsibilidade

